



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Banco, como um dos primeiros valores: Integridade – Ética e Transparência, aparecendo como um norteador de ações de todos os que atuam na Instituição.

O Banco realizou o Encontro Nacional de Gestores com a participação dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva, Secretário Executivo, Gerentes Executivos, Superintendentes Regionais, Gerentes Gerais de agências e Gerentes das Centrais de Crédito, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2019 e foram fornecidas as diretrizes e traçadas as estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2020.

O Conselho de Administração aprovou, em 2019, a Política Geral de Contratações, assim como, a Política e o Plano Anual de Comunicações. O Colegiado também aprovou a Revisão da Política Integrada de Risco e de Capital e dos Limites Dispostos na RAS – Declaração de Apetite a Riscos. O mesmo Conselho aprovou ajustes na Política de Patrocínio, que tem por objetivo orientar as ações relativas à concessão de patrocínios, de forma a garantir a efetiva comunicação institucional com seus públicos de interesse, garantindo transparência ao processo de contratação, o fortalecimento da imagem do Banco e sua atuação no desenvolvimento regional. No mesmo sentido, para fortalecer a governança do BASA, o Conselho de Administração aprovou várias Normas de Procedimento no âmbito da gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes para benefícios já estabelecidos como: Assistência à Saúde; Plano de Desenvolvimento de Pessoas; Gerenciamento de Desempenho e aprovou, também, a extinção da Política de Lateralidade, a criação de nova Política de Substituição e a Política de Segurança da Informação e Comunicações de Segurança Cibernética.

Houve o aprofundamento de elementos de governança do Banco com a elaboração do “Guia da Alta administração” que tem por objetivo apresentar elementos que possam facilitar a compreensão do funcionamento do Banco, ampliar o conhecimento acerca dos assuntos específicos da organização e favorecer a tomada de decisão.

O documento será emitido e atualizado anualmente e entregue aos profissionais que atuam no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Executiva, no seu ingresso e após isso, anualmente. Os principais pontos expressos no Guia são: Informações sobre a criação do Banco e sua função social, as declarações estratégicas e informações sobre a governança, a estrutura da organização, os principais projetos e programas em relação com a sociedade e informações sobre o posicionamento do Banco no IG-SEST.

O Banco atingiu o Nível 1 em todas as quatro edições do Indicador de Governança - IG-SEST, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo do IG-SEST é acompanhar o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.

O resultado alcançado demonstra o compromisso do Banco da Amazônia com a governança e com a melhoria de seus processos, visando à transparência, à conformidade e ao atendimento dos padrões de Governança Corporativa.

O Banco entregou o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, exigido pela Instrução nº 586 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 2017. O referido documento informa que o Banco adota as práticas recomendadas pelo Código, dizendo quais destas práticas adota, parcialmente ou não, com as devidas justificativas. Trata-se de instrumento importante para administradores e investidores, que poderão acompanhar e refletir anualmente sobre as práticas de governança corporativa da Instituição.

O Banco aperfeiçoou o seu site institucional, bem como sua página de relações com investidores, tendo como foco a melhoria da transparência e da publicidade de suas ações.

8. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

A gestão da Integridade, no Banco da Amazônia, é baseada em três pilares: Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Programa de Integridade do Banco traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraudes e corrupção que venham a ocorrer.

No processo, são utilizadas informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações online.

No exercício de 2019 foi realizada a Gestão dos Riscos de Integridade, um dos eixos do Programa de Integridade, dividida, didaticamente, em três etapas: Identificação, Avaliação e Adequação dos Riscos de Integridade, tendo as duas primeiras sido finalizadas durante o ano de 2019 e a última com previsão para o primeiro semestre de 2020.

Relacionado ao Programa de Integridade, foram lançadas ações, em parceria com a área de comunicação do Banco, com o objetivo de am-

pliar a divulgação do programa, suas diretrizes e políticas, normas e procedimentos para Gestão de Integridade.

O Canal de Denúncia teve sua automatização no decorrer do exercício de 2019, visando facilitar o acesso aos usuários com segurança, anonimato, quando por eles solicitado, assim como agilidade e confiabilidade. A Política de Proteção ao Denunciante, foi publicada no 2º semestre de 2019, agregando confiança e segurança para os usuários do Canal de Denúncia.

No ano de 2019, foi criada a Norma de Procedimento interna de Regime Disciplinar, normativo que está aderente aos preceitos e normativos da Controladoria Geral da União – CGU, e às recomendações da Auditoria Interna, trazendo maior clareza para o tema, com inclusões de procedimentos que possibilitam tornar o processo mais célere e transparente.

Em 2019, o Canal de Denúncias recebeu um quantitativo de 35 registros, que foram devidamente encaminhadas às áreas responsáveis pelo seu tratamento. No CGU-PAD houve um total de 63 registros.

9. GESTÃO DE RISCOS

A governança corporativa de riscos do Banco da Amazônia dispõe de uma estrutura de gerenciamento constituída por comitês específicos para a gestão de riscos e de capital, com a participação do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerentes Executivos e demais gestores envolvidos diretamente ou indiretamente com o processo de negócios da Instituição.

A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital do Banco da Amazônia e a Declaração de Apetite aos Riscos - RAS contemplam as orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada de riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária - IRRBB, de liquidez e socioambiental. Os referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco, em função do seu potencial impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

Com o intuito de intensificar a sua performance em termos de governança de riscos, o Banco da Amazônia vem colocando em efetivação projeto corporativo (GRC – Governança, Riscos e Controles) de grande envergadura, no que tange à implementação de Solução de Gestão de Riscos, que permite a gestão integrada e automatizada dos processos de governança, riscos e controles pertinentes aos processos de negócios do Banco.

Tal ferramenta possibilitará que o gerenciamento de riscos seja realizado de forma integrada, abordando as três linhas de defesas e etapas essenciais do processo de gerenciamento de riscos, como: identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre riscos. A implementação da solução encontra-se nas etapas finais, com conclusão prevista para ocorrer no segundo semestre de 2020.

Com o objetivo de manter a sua resiliência frente às mudanças abruptas demandadas pelo mercado, o Banco vem dispensando atenção especial às atividades referentes à Gestão de Continuidade de Negócios, particularmente no que se refere ao processo de Análise de Impacto nos Negócios - AIN, no sentido de revisar, ou se for o caso, remodelar tais processos de negócios, com vistas a manter a sua perenidade no presente mercado. Esse processo encontra-se em andamento, com término previsto para 2020.

Outrossim, sob o aspecto da instrumentalização da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, o Banco vem concluindo as implementações necessárias às adequações das informações pertinentes ao IRRBB, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, as quais foram demandadas pela autoridade monetária, por meio da Circular nº 3.938, de 17.04.2019, no que tange à apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária, no que diz respeito as abordagens: i) Valor Econômico – a qual consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na Carteira Bancária do Banco; ii) Resultado de Intermediação Financeira – consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na Carteira Bancária do Banco.

Ressalta-se que esta Instituição possui perfil de exposição a riscos conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de acordo com a complexidade das operações de seus negócios. Com isso, a Instituição busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, os dispositivos regulamentares da autoridade monetária e do Comitê de Supervisão Bancária de Brasília.

No que tange ao Risco de Crédito, o Banco da Amazônia se norteia pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos - RAS, e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito.